

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE
PALMAS/TO

Concorrência Internacional n. 01/2019

LCM Construção e Comércio S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 19.758.842/0001-35, com sede na rua Polos, n. 152, 2º andar, bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, vem interpor, com fulcro no art. 109, I, 'a' da Lei n. 8.666/93 e no item 6.2.1 do Edital, **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que inabilitou a LCM pelo suposto descumprimento dos itens 3.2.5.1.2 e 3.2.5.1.3 do Edital.

I.BREVE RELATO DOS FATOS

1. Trata-se de concorrência internacional, regulada pelo Edital n. 01/2019, visando a *“contratação de empresa especializada na execução de obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e calçadas de acessibilidade”* no Município de Palmas/TO.
2. Nesse sentido, a LCM, interessada na execução dos serviços, avaliou as condições e exigências estabelecidas no referido Edital e seus anexos, elaborou sua proposta de preços e levantou toda a documentação necessária para habilitação no certame.
3. Não obstante, para a surpresa da Recorrente, no dia 18/10/2019, identificou-se a publicação no DOU com a declaração de inabilitação da LCM no certame em razão do suposto não atendimento aos itens 3.2.5.1.2 e 3.2.5.1.3 do Edital. Confira-se:



RESOLVE

PALMAS

Art. 1º DESIGNAR a Defensora Pública de 1ª Classe FABIANA RAZERA GONÇALVES, para substituir, sem prejuízo de suas funções, a Defensora Pública de 1ª Classe FILOMENA AIRES GOMES NETA, em suas atribuições na 5ª Defensoria Pública de Família e Sucessões de Palmas-TO, em razão da licença para tratamento de saúde, nos dias 09 e 10 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2019.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 11 dias do mês de outubro de 2019.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 001/2019

Processo nº 2019021750. Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e calçadas de acessibilidade, realizadas com recursos da Confederação Andina de Fomento - CAF. Após exame da documentação apresentada e com suporte no parecer técnico SEISP Nº 026/2019/SUPOBRAS, juntado às fls. 5775/5807, a Comissão Permanente de Licitação assim deliberou: EMPRESAS HABILITADAS para os lotes: 01; 02; 03; 04: EB INFRA CONSTRUTORA LTDA, IBIZA CONSTRUTORA LTDA, GAE CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA, CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL S/A, CONSTRUSERVE EMPREENDIMENTOS E

60 DIÁRIO OFICIAL Nº 5.466

ANO XXXI ESTADO DO TOCANTINS, SEXTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 2019

CONSTRUÇÕES LTDA, CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES E ELETRO HIDRO LTDA, HABILITADA para os lotes: 01, 02 e 04; CONSTRUTORA CAIAPÓ LTDA, HABILITADAS para o lote 01; TECCON S/A CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO e TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA, as referidas empresas foram habilitadas por atenderem todas as exigências do edital. Para o lote 01 a COCENO CONSTRUTORA CENTRO NORTE LTDA por atender parcialmente (quantitativo) as exigências do item 3.2.5.1.3 do edital, bem como o valor comprovado do Capital Social previsto no item 3.2.4.1. EMPRESAS INABILITADAS: CONSTRUTORA SÃO CRISTOVÃO LTDA, para os lotes 01, 02, 03 e 04, por não atender o item 3.2.5.1.3 do edital; AUGÉ ENGENHARIA LTDA, para os lotes 01, 02 e 03, por não atender o item 3.2.5.1.2 do edital; CASTELO CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA para os lotes 01, 02, 03 e 04, por não atender o item 3.2.5.1.2 do edital; LCM - CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S/A, para os lotes 01, 02, 03 e 04 por não atender os itens 3.2.5.1.2 e 3.2.5.1.3 do edital; FGS CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI, para o lote 01 por não atender o item 3.2.5.1.3 do edital; CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA, para o lote 01, por não atender os itens 3.2.1 "b", 3.2.5.1.2 e 3.2.5.1.3 do edital. A Ata de Julgamento e documentos complementares estão à disposição dos licitantes na Superintendência de Compras e Licitações, no endereço constante no edital, em horário comercial, em dias úteis, pelos telefones (63) 2111-2736/2737.

Informamos que o prazo para interposição de recurso se dará nos termos do item 8.2.1 do Edital. Caso não haja interposição de recursos, fica marcada a sessão para abertura das propostas das empresas habilitadas para o dia 29/10/2019 às 14:00 horas (horário local), no mesmo local da abertura da licitação.

Palmas, 10 de outubro de 2019.

Giovane Neves Costa
Presidente da Comissão Especial de Licitações

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA, torna público o extrato da Ata de Registro de Preço referente ao processo licitatório Pregão Presencial SRP nº 007/2019, Tipo Menor Preço Por Item OBJETO: Usando a Futuras Contratação de empresa para aquisição de pneus, destinada a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Abreulândia-TO. No Sistema Registro de Preço (SRP) CONTRATADOS: A empresa TOP 10 PNEUS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 09.404.267/0001-19, COM SEDE NA AV. TRANSBRASILIANA, Nº 1120, SETOR SERRANO II, CEP: 77.600.000, EM PARAÍSO DO TOCANTINS-TO, totalizando R\$ 17.800,00 (Dezessete mil e oitocentos reais); a empresa J COELHO NETO EIRELI-ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 12.812.677/0001-03, COM SEDE NA QUADRA ACSV SE 62, LOTE 13 AVENIDA LO 13, 806 SUL, SALA 01, CEP: 77.015.613, EM PALMAS TOCANTINS, totalizando R\$ 34.775,00 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e cinco reais); a empresa MARCA AUTO CENTER COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 24.704.234/0001-88, COM SEDE NA QD 701 SUL, AV. TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, CONJ. 01, LOTE 7-C, ANEXO 1, CEP: 77.017-002, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO, totalizando R\$ 13.002,00 (Treze mil e dois reais) VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses, a partir de sua Assinatura. BASE LEGAL: Com base na Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002. Decreto nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000.

Marivaldo Dias Lima
Prefeito Municipal

ANANÁS

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANANÁS TO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.061.609/0001-20.
CONTRATADA: CONSTRUTORA PRADO & LIMA EIRELI, inscrito no

4. Os itens que supostamente não foram atendidos se referem aos "atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor de profissional pertencente ao quadro técnico do licitante, devidamente registrado(s) no CREA/CAU e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da licitação" e "demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional), mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência em serviços compatíveis em características e quantidades do objeto licitado, em relação às parcelas de maior relevância".



5. Como a LCM apresentou atestados regulares e que comprovavam a execução de todos os serviços exigidos nos quantitativos exigidos no Edital, a empresa buscou identificar as razões que ensejaram sua inabilitação.

6. Com isso, identificou-se o Parecer Técnico da SEISP de 04/09/2019, no qual foi registrado entendimento de que *“não foram aceitos parte dos Atestados Técnicos da Empresa CCM Construtora Centro Minas LTDA para apuração das quantidades exigidas no item 3.2.5.1.3 – Qualificação Técnico-Operacional, tendo em vista que não é possível determinar, com base na documentação apresentada, a real propriedade destes atestados, pois nos documentos da cisão da empresa CCM Construtora Centro Minas – LTDA, que originou a empresa LCM – Construções e Comércio S/A os atestados constam nas listas de propriedade das duas empresas cindendas, contrariando o próprio Termo de Cisão”*.

7. Mencionou-se também no referido parecer que a Recorrente não teria atendido a exigência de apresentação de *“declaração que os profissionais apresentados para fins de qualificação técnica conforme item 3.2.5.1.2 do Edital, estarão disponíveis e deverão participar, como responsáveis técnicos, do objeto da licitação, conforme ANEXO VI D – Declaração de Responsabilidade Técnica de Serviços”*.

8. Não obstante, conforme restará demonstrado, a Recorrente comprovou a plena capacidade de executar os serviços requisitados, já que, no processo de cisão, há previsão acerca da divisão dos atestados para as empresas cindendas (50% para LCM e 50% para Ethos), de tal forma que os atestados apresentados pela LCM são suficientes para comprovar a experiência pretérita da empresa no que tange aos serviços e quantidades exigidas no edital.

9. E mesmo que assim não o fosse, a verdade é que a jurisprudência é clara no sentido de que é possível o aproveitamento integral dos atestados da empresa cindida pelas cindendas quando se comprova que o profissional constante aos atestados da cindida foi transferido para a empresa cindenda, exatamente o que ocorreu no presente caso.

10. Além disso, quanto à declaração de responsabilidade técnica dos serviços, foi devidamente apresentada na documentação de habilitação, razão pela qual não há que se falar em não atendimento desse ponto.

11. Nesse sentido, considerando a regularidade da documentação de habilitação da LCM, não há fundamento para sua inabilitação, razão pela qual faz-se premente a reforma da decisão proferida.

12. É o que se passa a demonstrar.

II. REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO APRESENTADA

13. Como já dito, a LCM foi inabilitada com base no entendimento de que não teria sido possível aferir *“a real propriedade destes atestados, pois nos*



documentos da cisão da empresa CCM Construtora Centro Minas – LTDA, que originou a empresa LCM – Construções e Comércio S/A os atestados constam nas listas de propriedade das duas empresas cindendas, contrariando o próprio Termo de Cisão”.

14. **Entretanto, a verdade é que há previsão no termo de cisão acerca da distribuição dos atestados, havendo sim como aferir, objetivamente, que os quantitativos indicados nos atestados são de propriedade da LCM. E tais quantitativos atendem as exigências editalícias, inexistindo qualquer fundamento para a inabilitação da Recorrente.**

15. Explica-se: a LCM, dentre outros documentos comprobatórios, colacionou atestados que indicavam a experiência da empresa na execução de empreendimentos semelhantes ao objeto do certame, sendo que alguns atestados são relativos às obras realizadas pela empresa CCM Construtora Centro Minas – LTDA, empresa que, após regular operação societária de cisão, deu origem à LCM Construções e Comércio, ora Recorrente, e a Ethos Engenharia.

16. No termo de cisão, consta, nas cláusulas 6.1 e 7, que os atestados comprobatórios da capacitação técnica operacional da CCM se encontram no Anexo III e que, desse acervo, cabe à cada empresa cindenda 50% dos direitos registrados nos documentos. Confira-se:

6.1 - Para todos os fins de direito, os direitos correspondentes à capacitação técnico-operacional, integrantes do acerto da CCM, representados pelos atestados técnicos descritos no **ANEXO III, partes “A” e “B” (atestados comprobatórios da capacitação técnico-operacional)**, deste Protocolo, serão incorporados ao patrimônio das empresas LCM e ETHOS, a partir da data da presente cisão parcial, sendo que a parte “A” indica os bens pertencentes à empresa LCM, e a parte “B” indica os bens pertencentes à empresa ETHOS.

7 - Todos os bens e direitos vertidos e incorporados às empresas LCM e ETHOS, relacionados no **ANEXO III (partes “A” e “B”)**, são transferidos pelo valor total de **R\$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**, conforme laudo de avaliação que constitui o **Anexo II** deste Protocolo, cabendo à cada empresa cindenda o patrimônio individualizado de **R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos de reais)**.

17. Isso significa que o termo de cisão autorizou que “*todos os bens e direitos vertidos e incorporados às empresas LCM e ETHOS relacionados no Anexo III*” (que trata da listagem dos atestados) foram transferidos às empresas cindendas na proporção de 50% para cada. **E a verdade é que, computando-se 50% dos quantitativos indicados nos atestados, a LCM atende, com folga, todas as exigências editalícias.**

18. **Ou seja, considerando que a LCM possui 50% dos direitos constantes aos atestados e tendo em vista que esse quantitativo é suficiente para atender às exigências editalícias, não há razão para que seja inabilitada.**

19. Essa questão foi, inclusive, objeto de ação judicial, oportunidade na qual o Magistrado corretamente entendeu que “**estabelecendo o protocolo de cisão**



que a ETHOS e a LCM ficaria cada uma com metade do valor atribuído àqueles atestados, não merece guarida a afirmação da impetrante de que não existe nesse documento qualquer referência à proporcionalidade das obras". Confira-se:

Na peça inaugural, a impetrante reconhece expressamente que, na cisão ocorrida em 2013, houve realmente a divisão e transferência do patrimônio tangível (capital, imóveis e maquinários) da empresa CCM (cindida) para as cindendas, LCM e ETHOS - ID 4058200.1262006, pág. 9.

Também na inicial, reconhece que, na cisão ocorrida em 2013, houve transferência de pessoal técnico, mencionando expressamente a transferência do Engenheiro Luiz Otávio Fontes Junqueira para a referida empresa, o que denota, nesse primeiro exame, que não prospera o argumento de que a cisão ocorrida em 2016 configurou transferência vazia, tendo a transferência do pessoal técnico e do patrimônio tangível (capital, imóveis, maquinários) sido efetivada na cisão realizada em 2013. (...)

Desse atestado se extrai que a equipe técnica responsável pela obra, executada pela CCM e pela Construtora Centro Leste Engenharia LTDA, 50% cada uma, era composta por quatro Engenheiros, dentre eles, Luiz Otávio Fontes Junqueira, logo, não há falar na necessidade de transferência de novo pessoal técnico quando da cisão ocorrida em 2016, pois aquele profissional detém o know adquirido na execução da obra objeto daquele atestado.

(...)

Como a CCM transferiu o Atestado de Capacidade Técnica para a LCM e a ETHOS, irregular seria a utilização, pela cedente, do mesmo atestado para comprovar a capacidade técnica, respondendo tal empresa por tal eventual ilegalidade.

Quanto à LCM e à ETHOS, cada uma delas somente poderá utilizar montante equivalente à metade dos serviços discriminados naquele atestado, parte que coube a cada uma em virtude da cisão.

Anoto que, estabelecendo o protocolo de cisão que a ETHOS e a LCM ficaria cada uma com metade do valor atribuído àqueles atestados, não merece guarida a afirmação da impetrante de que não existe nesse documento qualquer referência à proporcionalidade das obras.

Analisando a Relação dos Serviços Executados pelo Consórcio Vencedor compatíveis com o objeto da licitação (ID 4058200.1262126, pág. 1), constato que o mesmo informou a execução de 76.751,96 m³ de base de brita graduada, assim distribuídos:

- 38.754,18m³ pela empresa CCL, este não impugnado pela impetrante;

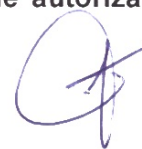
- 37.997,80 pela empresa LCM, correspondente a 50% dos serviços previstos no Atestado de Capacidade Técnica - parcial (75.995,59m³) - ID 4058200.1262118, pág. 1 a 5.

Ou seja, a LCM considerou apenas os 50% dos serviços objeto do atestado técnico que lhe fora cedido pela CCM, de molde que não há qualquer ilegalidade na aceitação desse atestado.

(Processo n. 08001978520174058200, Mandado de Segurança, Juíza Federal CRISTINA MARIA COSTA GARCEZ, 3ª Vara da Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária da Paraíba, Julgamento em 12/06/2017, Publicado em 14/06/2017)

20. Diante disso, considerando que (i) a LCM possui 50% dos quantitativos listados nos atestados e que (ii) tais quantitativos atendem às exigências o Edital, não há que se falar na inabilitação da Recorrente, fazendo-se premente a reforma da decisão proferida.

21. Não bastasse o atendimento objetivo aos requisitos do edital, a verdade é que o profissional que figura em todos os atestados da CCM é hoje sócio da LCM e a jurisprudência é clara no sentido de autorizar a



utilização integral dos atestados da empresa cindida pelas cindendas na hipótese de transferência do responsável técnico, inexistindo, portanto, qualquer dúvida quanto a regularidade dos atestados e a capacidade técnica de a Recorrente executar as obras licitadas.

22. Explica-se: a qualificação técnica operacional é constituída por um conjunto de fatores relacionados tanto à composição financeira, patrimonial de estrutura e maquinário da empresa (inequivocamente atendidos pela LCM), quanto a composição de seu corpo técnico e administrativo, ponto questionado pela Comissão de Licitação.

23. Em outras palavras, o fundamento da inabilitação da LCM decorre unicamente na suposta impossibilidade de utilização integral de atestado de experiência prévia pela empresa CCM. Isto é: o ponto objeto de questionamento no presente caso é o viés “intelectual” da capacitação operacional da LCM.

24. E sob esse aspecto, não há dúvida de que essa variável da capacidade técnica operacional está diretamente relacionada à experiência prévia (know-how) da empresa, aproximando muito da capacidade técnica profissional. Tanto é assim que, como se verifica no edital, as exigências para a capacidade operacional e para a capacidade profissional se coincidem! Veja:

<p>Item 3.2.5.1.2 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, <u>em favor de profissional pertencente ao quadro técnico do licitante</u>, devidamente registrado(s) no CREA/CAU e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da licitação. Serão considerados itens de maior relevância, e que atendem ao disposto no § 2º do art. 30, da Lei da nº 8.666/93 e suas modificações, os serviços relacionados na tabela abaixo:</p>	<p>Item 3.2.5.1.3 Demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional), mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência em serviços compatíveis em características e quantidades do objeto licitado, em relação às parcelas de maior relevância, conforme discriminação abaixo:</p>
---	---



LOTE 01		
SERVIÇOS	UN	
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	
LOTE 02		
SERVIÇOS	UN	
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	
GABIÃO CAIXA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M³	
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	
LOTE 03		
SERVIÇOS	UN	
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	
GABIÃO CAIXA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M³	
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	
LOTE 04		
SERVIÇOS	UN	
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	
GABIÃO CAIXA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M³	
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	

LOTE 01		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	12.400,00
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	739,00
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	25.566,00
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	21.595,00
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO PARA REDE TUBULAR COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	4.070,00
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	6.500,00
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	489,00
LOTE 02		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	50.900,00
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	920,00
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	69.800,00
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	55.100,00
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO PARA REDE TUBULAR COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	7.100,00
GABIÃO CAIXA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M³	600,00
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	17.200,00
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	1.900,00
LOTE 03		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	47.600,00
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	800,00
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	51.100,00
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	43.700,00
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO PARA REDE TUBULAR COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	6.500,00
GABIÃO CAIXA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M³	260,00
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	17.700,00
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	1.800,00
LOTE 04		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD, COM EMULSAO RR-2C	M²	133.700,00
CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ)	M²	2.300,00
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	73.900,00
REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M²	65.900,00
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO PARA REDE TUBULAR COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 600 MM	M	12.400,00
GABIÃO CAIXA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M³	560,00
MEIO-FIO (GUIAS) EXECUTADO COM EXTRUSORA	M	40.500,00
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	3.900,00

25. E não poderia ser diferente, já que a experiência é, em sua essência, o conhecimento extraído das circunstâncias vividas em momentos passados. E o conhecimento **é inerente à circunstância existencial do ser humano, sem qualquer característica material ou concreta.**

26. Corroborando ainda mais a vinculação da experiência pretérita da empresa à do seu corpo técnico, tem-se que a própria Lei n. 8.666/93 **acabou por limitar, em seu art. 30, a comprovação da aptidão para realização dos serviços licitados à atestação apenas da capacidade técnica-profissional.**

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
[...]

II - comprovação de **aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
[...]



§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:
I - capacitação técnico-profissional: [...]

27. Dessa forma, considerando que o viés da capacidade operacional objeto dos atestados de experiência prévia se vincula ao conhecimento pretérito do corpo técnico, é certo que não prospera o argumento de que "*não foram aceitos parte dos Atestados Técnicos da Empresa CCM Construtora Centro Minas LTDA para apuração das quantidades exigidas no item 3.2.5.1.3 – Qualificação Técnico-Operacional, tendo em vista que não é possível determinar a real propriedade destes atestados, pois nos documentos da cisão da empresa CCM Construtora Centro Minas – LTDA, que originou a empresa LCM – Construções e Comércio S/A os atestados constam nas listas de propriedade das duas empresas cindendas*".

28. Isso porque o que está em discussão no presente caso é a faceta da capacidade técnica operacional relativa à experiência prévia – que necessariamente se vincula ao conhecimento dos profissionais de determinada empresa.

29. Nesse sentido, desde que haja corpo técnico detentor do conhecimento atestado nas empresas advindas da cisão, é certo que não há qualquer óbice à utilização integral dos atestados por ambas empresas, já que a experiência (conhecimento) é bem imaterial e intangível que não se submete a qualquer divisão.

30. Para que se entenda a natureza e a indivisibilidade da experiência (conhecimento) basta tomar como exemplo a seguinte situação hipotética: dois engenheiros, integrantes de determinada empresa, realizam obra de engenharia relativa à construção de uma rodovia de 100 km. Ao final das obras, ambos adquirem experiência com o empreendimento como um todo, na medida em que auferiram conhecimento no decorrer dos trabalhos. Pergunta-se, por terem os dois engenheiros desenvolvido o trabalho em conjunto, cada um, individualmente, teria detido conhecimento para execução de uma Rodovia de apenas 50 km? Evidentemente que não! Como o conhecimento é uno e indivisível, tendo os dois engenheiros participado efetivamente do empreendimento, é claro que ambos ganharam experiência suficiente para a execução do objeto completo, isto é, uma rodovia de 100 km.

31. Tal exemplo é perfeitamente aplicável ao caso em apreço. Afinal, a transmissão das certidões da CCM para a LCM se deu com a correspondente transferência do profissional detentor do conhecimento atestado, conforme documentação apresentada à Comissão.

32. Como se pode verificar, o Sr. Luiz Otávio Fontes Junqueira, engenheiro civil, anteriormente sócio e integrante do corpo técnico da cindida CCM, e que efetivamente participou da execução dos empreendimentos objetos dos



atestados herdados pela empresa cindenda, passou a integrar o corpo profissional da cindenda LCM, sendo inclusive também um de seus sócios.

CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA.

48ª Alteração Contratual

CNPJ: 23.998.438/0001-06

MARIA DE AQUINO MENDES LEITE, brasileira, viúva, Economista, residente e domiciliada nesta capital à Rua Cláudio Manoel nº 1000 - Apto. 1201 no Bairro Funcionários - CEP 30140-100, portadora da Carteira de Identidade nº M-3.302.063 expedida pela SSP/MG e CPF 019.308.186-53;

LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA, brasileiro, separado judicialmente, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Alameda Mônaco, 457 no Bairro Riviera - CEP: 34.000-000 em Nova Lima/MG, portador da Carteira de Identidade nº 22168/D expedida pelo CREA/MG e CPF 303.269.316-00;

JULIANE DE AQUINO MENDES LEITE, brasileira, casada em regime de separação de bens, nascida em 19/01/1975, Engenheira Civil, residente e domiciliada na Rua Vicente Guimarães, 141 - Apto. 1.301 no Bairro Belvedere - CEP: 30.320-640 em Belo Horizonte/MG, portadora da Carteira de Identidade Profissional nº MG- 67.284, expedida pela CREA/MG e CPF nº 955.796.566-53.

LUCIANO DE AQUINO MENDES LEITE, brasileiro, casado em regime de separação de bens, nascido em 17/07/1973, Advogado e engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Walter Kurrle nº 12 - Apto. 401 no Bairro Belvedere CEP 30320-700 em Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 113.827 expedida pela OAB/MG, CREA/MG nº 68831/D e CPF nº 967.824.806-97.

LUIZ FERNANDO LORENCI JUNQUEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 17/11/1986, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Alameda Mônaco, 457 no Bairro Riviera - CEP: 34.000-000 em Nova Lima/MG, portador da Carteira de Identidade nº MG- 14.464.603 expedida pela SSP/MG e CPF nº 074.713.206-21,

CRISTIANO LORENCI JUNQUEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 15/04/1988, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Alameda Mônaco, 457 no Bairro Riviera - CEP: 34.000-000 em Nova Lima/MG, portador da Carteira de Identidade nº MG- 15.208.318, expedida pela SSP/MG e CPF nº 074.712.006-42.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada "CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA.", estabelecida nesta Capital à Rua Timbiras nº 2645 - 8º Andar no Bairro Santo Agostinho CEP: 30140-061, conforme o Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) sob o nº 312.028073-26 em 09/03/1988 e Última Alteração sob nº 5765744 em 08/06/2016, resolvem de comum acordo alterar seus atos constitutivos, e ato contínuo, consolidar seu Contrato Social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

(...)

I – PROTOCOLO DE CISÃO PARCIAL

O presente **Protocolo de Justificação da Cisão Parcial** da empresa CCM – CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA, nos termos do art. 224, 225, 227 e 229 § 2º da Lei 6.404/76, cujas disposições regulam os direitos e obrigações da empresa cindida, assim como dispõe sobre as condições para a incorporação da parte cindida da CCM ao patrimônio das seguintes empresas:

ETHOS ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA S.A. situada à Rua Rio Grande do Norte, nº 867, sala 501, CEP 30.130-131, na Cidade de Belo Horizonte, Bairro Funcionários, NIRE 3130010693-4, CNPJ 19.758.779/0001-37 neste ato representada por sua Diretora Presidente **MARIA DE AQUINO MENDES LEITE**, brasileira, viúva, economista, residente e domiciliada nesta capital à Rua Cláudio Manoel nº 1000 - Apto. 1201 no Bairro Funcionários - CEP 30140-100, portadora da Carteira de Identidade nº M-3.302.063 expedida pela SSP/MG e CPF 019.308.186-53;

LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A. situada à Rua Pólos, nº 150, Sala nº 401, CEP 30360-530, na Cidade de Belo Horizonte, Bairro Santa Lúcia, NIRE 3130010694-2, CNPJ 19.758.842/0001-35 neste ato representada por seu Diretor Presidente **LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA**, Brasileiro, Separado Judicialmente, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Alameda Mônaco, 457 no Bairro Riviera - CEP: 34.000-000 em Nova Lima/MG, portador da Carteira de Identidade nº 22168/D expedida pelo CREA/MG e CPF 303.269.316-00;

33. E, como se verifica dos atestados apresentados pela LCM no presente certame, o Sr. Luiz Otávio consta como responsável técnico em todos eles! Confira-se:



Atestado n. 456/12 emitido pela Caixa Econômico Federal:

ATESTADO

Atestamos para fins de comprovação de realização de obra/serviço técnico que o Profissional **Gastão Azevedo Mendonça Filho** Engenheiro Civil, CREA - MG 29234/D e no RNP 1402886713 e **Luiz Otávio Fontes Junqueira** Engenheiro Civil, CREA-MG 22168/D e no RNP 1403618534 na qualidade de Responsáveis Técnicos pela Empresa **CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA**, CNPJ 23.998.438/0001-06 Com sede a Rua dos Timbiras, 2645/8º andar, Bairro Santo Agostinho em Belo Horizonte - MG. Executou para o **FAR-Fundo de Arrendamento Residencial** gerido pela **Caixa Econômica Federal** no terreno que era de propriedade de Darcy José Dominguito, CPF: 173.148.288-49 o Residencial Bairro dos Carvalhos, localizado à Rua Marlene Pieve de Miranda, S/N no Bairro dos Carvalhos, na cidade de Varginha-MG, Com as seguintes características:

Atestado 2805/08 emitido pelo DEOP/MG:

CERTIDÃO

Certificamos, a requerimento da interessada, protocolado em 25/01/2008, sob o nº 161/08, que a empresa **CCM - CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.998.438/0001-06, com sede à Rua Timbiras, nº 2.645, 8º andar, Bairro Centro, no município de Belo Horizonte-MG, executou para o **DEOP - DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, inscrito no CNPJ 23.971.203/000 1-20, localizado à Av. dos Andradas, nº 1.120 - Prédio A - Bairro Centro, em Belo Horizonte, os serviços de **Construção de Trincheira na Rua Correia Neto, com 1.656,00 M²** no município de Poços de Caldas/MG, de acordo com a planilha de quantidades e especificações abaixo:

Contrato n.º e Data	CT-060/2006 de 20/03/2006								
Período de Execução	24/04/2006 a 13/08/2007								
Valor Contratual	R\$ 6.341.380,05								
Valor Executado	R\$ 6.328.366,63								
Responsáveis Técnicos	<table> <tr> <td>Juliane de Aquino Mendes Leite</td><td>CREA 67.284/D</td></tr> <tr> <td>Juscelino Alvaro Ferreira Silva</td><td>CREA 49.249/D</td></tr> <tr> <td>Luiz Otávio Fontes Junqueira</td><td>CREA 22.168/D</td></tr> <tr> <td>Murcelo Fidecirino Tereza</td><td>CREA 53.918/D</td></tr> </table>	Juliane de Aquino Mendes Leite	CREA 67.284/D	Juscelino Alvaro Ferreira Silva	CREA 49.249/D	Luiz Otávio Fontes Junqueira	CREA 22.168/D	Murcelo Fidecirino Tereza	CREA 53.918/D
Juliane de Aquino Mendes Leite	CREA 67.284/D								
Juscelino Alvaro Ferreira Silva	CREA 49.249/D								
Luiz Otávio Fontes Junqueira	CREA 22.168/D								
Murcelo Fidecirino Tereza	CREA 53.918/D								
Ata	1-30922742, 1-30922741, 1-30922740, 1-31025407								

Atestado 42821/12 emitido pelo DER/PB

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA - DER-PB

Deputado de Obras do DER-PB
Coordenador Administrativo - DER-PB
Rodovia PB-338
Trincheira de 10m de largura - São Domingos de Paulista
Prestador de Serviço: **CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA**
Inscrita no CNPJ nº 23.998.438/0001-06
Responsável Técnico: **Luiz Otávio Fontes Junqueira** - ARL 000012157 - Eng. Civil M.º
Data: 15/12/2012

ANEXO: Quantitativos para Acervo Técnico (PARCIAL)

Atestado 167/12 emitido pela Caixa Econômica Federal

ATESTADO

Atestamos para fins de comprovação de realização de obra/serviço técnico que o Profissional **Gastão Azevedo Mendonça Filho** Engenheiro Civil, CREA - MG 29234/D e no RNP 1402886713 e **Luiz Otávio Fontes Junqueira** Engenheiro Civil, CREA-MG 22168/D e no RNP 1403618534 na qualidade de Responsáveis Técnicos pela Empresa **CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA**, CNPJ 23.998.438/0001-06 Com sede a Rua dos Timbiras, 2645/8º andar, Bairro Santo Agostinho em Belo Horizonte-MG. Executou para o **FAR-Fundo de Arrendamento Residencial** gerido pela **Caixa Econômica Federal** o Residencial Nova Califórnia, na cidade de Passos-MG, Com as seguintes características:

Atestado 401/1999 emitido pela Prefeitura Municipal de Palmas

Atestado 1419/13 emitido pela Prefeitura do Município do Contagem:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação técnica que a empresa **CCM CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA**, com sede na Rua Timbiras, 2645 - 8º andar, Bairro Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 23.998.438/0001-06, executou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.506/0001-31, as obras de tratamento de fundo de vale, despoluição e canalização de correço, drenagem, pavimentação, urbanização e intercepção de esgotos sanitários da Av. Santa Izabel, trecho compreendido entre a Av. Francisco Figueiredo e a Rua Manoel Teixeira Camargos no município de Contagem-MG, decorante do Processo Administrativo nº 150/2007 e da Concorrência nº 012/2007, conforme contrato nº 05/02/07, de acordo com dados e planilha abaixo:

Período de execução: 04 de Março de 2008 a 20 de Maio de 2011
Valor inicial do Contrato: R\$ 3.580.005,87
Valor Final do Contrato: R\$ 4.589.694,89

Responsáveis técnicos:

Luiz Otávio Fontes Junqueira - CREA-MG 22.168/D
Juliane de Aquino Mendes Leite - CREA/MG 67.284/D

Atestado 5847/10 emitido pela Caixa Econômica Federal:

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **CCM - Construtora Centro Minas Ltda**, CNPJ 23.998.438/0001-06, executou as obras do empreendimento **Residencial Sete de Outubro**, abaixo discriminada, para o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela CEF - Caixa Econômica Federal, em contrato firmado em 01/05/2005.

Dados do Empreendimento:

Endereço: Av. dos Imigrantes s/nº - Varginha/MG

Período de execução: 01/05/2005 a 11/04/2007

Empreendimento composto de 143 unidades habitacionais

Serviços de Infra-estrutura interna executados: Terraplanagem; Drenagem

Pavimentação e caimento estrutural

Área total de construção: 7.302,74m²

Área urbanizada: 72.880,00m²

Nome do Responsável Técnico: **Luiz Otávio Fontes Junqueira**

Atestado 070/1994 emitido pela SETO/TO

Atestado emitido para fins de comprovação técnica que a empresa **CCM CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.998.438/0001-06, com sede na Rua Timbiras, nº 2.645, 8º andar, Bairro Centro, no município de Belo Horizonte-MG, executou para o **DEPTO. DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.000.000/0001-01, os serviços de **Construção de Trincheira de 10m de largura - São Domingos de Paulista**.

SP - CONTRATO 1.111.111 - 1.111.111
TO - CONTRATO 1.111.111 - 1.111.111

Responsáveis Técnicos:

Luiz Otávio Fontes Junqueira
CREA-MG 22.168/D

Atestado 389/2008 emitido pelo DERTINS/TO

Requerente: **ENGENHEIRO CIVIL LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA**

Descrição do Serviço: **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS DE ARTES ESPECIAIS DA**

RODOVIA TO-230 TRECHO ARAPOEMA/PAU D'ARCO, COM EXTENSÃO DE 37,99 KM, COM ADITIVO DO CONTRATO 0058/02

VALOR DO CONTRATO: R\$10.239.063,91 - VALOR DO ADITIVO: R\$2.142.245,95 - VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$12.381.309,86. ESTA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO FOI EMITIDA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 317/86 DO

CONFE. DA EM CONFORMIDADE COM AS ARTS. Nº 0207280 E 02901906. O ATESTADO ANEXO NÃO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO E OS DADOS CONSTANTES DO MESMO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO EMITENTE.

Contratada: **C.C.M. CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA.**

Contratante: **DERTINS - DEPTO. DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO TOCANTINS**

Proprietário: **DERTINS - DEPTO. DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO TOCANTINS**

Endereço da Obra: **RODOVIA TO - 230 TRECHO ARAPOEMA / PAU D'ARCO.**

RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

Nome: **LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA**
Título: **ENGENHEIRO CIVIL**
Carteira: **22168/D-MG** VISTO CREA-TO: 81185/V
Atribuições: **ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.**

Atestado 456/12 emitido pela Caixa Econômica Federal

~~Leaky ring~~

(...)

Atestado 537/2004 emitido pelo DER/MG

[illegible]

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **CCM - Construtora Centro Minas Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.938.138-00-01, com sede a Rua Timbiras, s.º 2645 - 8.º andar - bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte - MG, executou para a **Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COSANMG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106-0001-03, através do contrato 04.1085, firmado e codificado pela Ampara Ltda., através do Termo de Referência nº 008.622-98, a obra de transferência do contrato de empreitada nº 04.1231, no valor de R\$ 3.509.622-98 (três milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos), e de seus Termos Aditivos nºs 05.0342 (no valor de R\$ 447.081,59 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos)), e nº 05.1786 (no valor de R\$ 416.229-10 (quatrocentos e dez mil, duzentos e vinte e nove reais e dez centavos)), totalizando R\$ 4.366.935,67 (quatro milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), e para transferência do contrato de empreitada nº 04.1231, no valor de R\$ 3.509.622-98 (três milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos), no período de 16/08/2004 a 30/12/2005, com fornecimento total de materiais, as ferramentas e serviços de Ampiação do Sistema de Esgotoamento Sanitário do Conjunto Habitacional MG - Interpitor Visnosa Luz, conforme relação em anexo (páginas 01 a 26).

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Eng.º Civil Luz Olavo Fontes Jungblut - CREA/MG - 22.168/D

Eng.º Civil Juscelino Álvaro Ferreira Silva - CREA/MG - 49.219/D

Eng.º Civil Renato Hollander - CREA/ES - 3.929/D

Atestamos, para os devidos fins, que as atas, relatórios e aprovações da COPASA/IMG


[illegible]

(...)

Atestamos para os devidos fins e direitos que a CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA., inscrita no Cadastro Geral de Contribuinte CGC/MF Nº 23.998.438/0001-06 com sede à Rua Timbiras Nº 2645 Sala 701 Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, executou os serviços abaixo discriminados, constantes do Contrato Nº 265/93 SC para execução de Águas Pluviais, Esgotamento sanitário, Terrenagem e Pavimentação no ARNO 31,32 e 33, AURENY I, II, III e IV, de acordo com as exigências previstas.

(...)

Complementando este documento, atestamos ainda que os responsáveis técnicos pela execução da obra, são os Engenheiros Civis: **LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA CREA Nº 22.188/D MG**, **HERCULES OLIVEIRA RICCIPOLO CREA 27.257/D MG**, **RENATO HOLLUNDER CREA 3.929/D ES**, **CARLOS ALISSON OLIVEIRA FURTADO CREA 52.272/D MG**, **MAURÍCIO FERREIRA BARBOSA CREA Nº 4102/D GO** e **JOSÉ HENRIQUE DAHDAH CREA Nº 27.046/D MG**, e que os serviços foram executados dentro das normas técnicas e exigências desta Prefeitura.



ATESTADO

00512
DATA
23 MAR 2012

PROJETO
Nº 20301

MOBILITANTE
COM

CONSTRUTORA
C.N.P.J. 23.908.438/0001-03

CENTRO

UNIAS

CONTRATO 35468

Atestamos para os devidos fins, que a COM - Construtora Cembu Minas Ltda., empresa privada com endereço no Rua Timbiras, 2645 - 8º andar - Bairro Santa Agnês - Belo Horizonte - MG, executou para a EMBA S.A. - EMPRESA BAHIA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A., os serviços de Execução das Obras de Ampliação do SES de Salvador do Sabotador, Lote 2, Camisagibge, com fornecimento de materiais e equipamentos conforme Escopo Sumarizado no Anexo III do Edital, inclusive o fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários.

(...)

EQUIPE TÉCNICA

Nível I

• Engº Yuri Bastos Viana

CREA - nº BA 41015 - D

PERÍODO: Mar/09 a Dez/11

Nível II

• Engº Luiz Otávio Fontes Junqueira

CREA - nº MG 22188 - D

PERÍODO: Dez/08 a Dez/11

CERTIDÃO		CERTIDÃO	
<p>Certificamos, a requerimento da interessada, protocolado sob o número 22069-21000008-3 e de acordo com documentos constantes na Diretoria de Construção, que a mesma executou para este DER/MG, CNPJ 17.309.790/0001-94, situado a Av. dos Andradas, 1120, Belo Horizonte - MG, os seguintes serviços:</p>		<p>Certificamos, a requerimento da interessada, protocolado sob o número 0082728-2300/2013-9, a vista de documentos constantes na Diretoria de Infraestrutura Rodoviária e apresentados pela solicitante, que a mesma executou para este DER/MG, CNPJ 17.309.790/0001-94, situado a Av. dos Andradas, 1120, Belo Horizonte - MG, os seguintes serviços:</p>	
<p>DADOS GERAIS</p> <p>Interessada: CCM CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA</p> <p>CNPJ/MF: 23.998.438/0001-06</p> <p>Endereço: Rua Timbiras, nº 2645 - 8º andar - Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG</p> <p>Cadastro: FIC-22-118-1997</p> <p>Rede: BH-354</p> <p>Tipo: Luminárias</p> <p>Extensão: 46,6 Km</p> <p>Natureza dos Serviços: Implantação e pavimentação</p> <p>Período de Execução: 01/02/1998 a 14/08/2005</p> <p>Responsáveis Técnicos: Engº Luiz Otávio Fontes Junqueira - CREA/MG 22.168/D</p>		<p>DADOS GERAIS</p> <p>Interessada: CCM - CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA</p> <p>CNPJ: 23.998.438/0001-06</p> <p>Endereço: Rua Timbiras, nº 2.645 - 8º andar - Santo Agostinho</p> <p>Contrato: PRC 22.075/2009</p> <p>Trechos: - Monjolos - Santo Hipólito (extensão 13,55 km) - Santo Hipólito - BR-135 (Corinto) (Remanescente de obra) - extensão 27,20 km</p> <p>Modalidade: MG-220</p> <p>Natureza dos Trabalhos: Melhoramento e pavimentação</p> <p>Período de Execução: 24/08/2009 a 03/05/2012 (2ª Medição Final)</p> <p>Valor Contratual: R\$ 12.295.385,14 (incluindo aditamentos) a preços iniciais de outubro/2007</p>	
<p>Atestado 4442/10 emitida CODEVASF</p> <p>Ministério da Integração Nacional Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Área de Revitalização dos Sertes Hidrográficos</p> <p>Atestado</p> <p>Atestamos, para devidos fins, que a empresa CCM - Construtora Centro Minas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 23.998.438/0001-06, com sede à Rua Timbiras, nº 2645 - 8º andar - Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte - MG, executou a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, inscrita no CNPJ sob o nº 30.356.857/0001-26, através do Contrato 00.08.0399.30, no valor de R\$ 1.268.967,69 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e seis centavos), a implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Moraria Nova de Minas, na Bacia do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, englobando rede coletora, estação de elevação de esgoto, estação de tratamento de esgoto (ETE) com vazão de 30 m³/s, emissões, linha de recalque, ligações prediais, detalhamento construtivo estrutural, elétrico e de travessias e montagem de equipamentos, para atender ao Lote nº 3 do Edital nº 064/2007.</p> <p>(...)</p> <p>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS</p> <p>Engº Civil Luiz Otávio Fontes Junqueira - 22.168/D CREA MG</p> <p>Engº Civil Renato Hollunder - 3.929/D CREA ES</p> <p>Engº Civil Juliane de Aquino Mendes Leite - 67.284/D CREA MG</p> <p>Os serviços descritos foram aceitos e aprovados pela CODEVASF</p>		<p>Atestado 6650/06 emitido pela COPASA</p> <p>Atestamos, para os devidos fins, que a empresa CCM - Construtora Centro Minas Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.998.438/0001-06, com sede à Rua Timbiras, nº 2645 - 8º andar - bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte - MG, está executando para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, através do contrato nº 05.0119, no valor de R\$ 4.776.507,13 (quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e sete reais e treze centavos) o de seus Termos Aditivos nº 06.1156 no valor de R\$ 579.392,09 (quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e dois reais e nove centavos) e nº 06.1771 no valor de R\$ 614.686,87 (seiscentos e quatorze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), totalizando R\$ 5.970.586,09 (cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e nove centavos), sendo que o valor medido, até o presente momento, é de R\$ 5.478.963,46 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos), no período de 03/03/2005 a 31/10/2006, com fornecimento total de materiais, sendo parte do contrato sub-contratado a empresa Momento Engenharia e Empreendimento Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 19.867.019/0001-68, com sede à Rua Fernandes Tourinho, nº 500 - conj. 601, bairro Savassi, em Belo Horizonte/MG, as obras e serviços de interligações de Hedes Coletoras e interceptoras de Esgoto, na bacia do Ribeirão do Onça, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem - MG, conforme relação em anexo (páginas 01 a 05).</p> <p>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:</p> <p>Engº Civil Luiz Otávio Fontes Junqueira - CREA/MG - 22.168/D</p> <p>Engº Civil Renato Hollunder - CREA/ES - 3.929/D</p> <p>Os serviços acima descritos, executados até o presente momento, foram aceitos e aprovados pela COPASA/MG.</p>	
<p>Atestado 621/13 emitido pelo DNIT/MG</p> <p>ÓRGÃO EXPEDIDOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS</p> <p>REQUERENTE: CCM - CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.998.438/0001-06, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na Rua Timbiras, nº 2645 - 8º andar, Santo Agostinho.</p> <p>ATESTAMOS, para fins de direito, que a requerente EXECUTOU, através de seus responsáveis técnicos, elencados abaixo, em regime de empreitada, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO nº TT 125/2007-00, assinado entre ambos em 31 de maio de 2007, a seguinte obra:</p> <p>(...)</p> <p>4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:</p> <p>4.1 - Engenheiro Civil: Luiz Otávio Fontes Junqueira - CREA/MG nº 22.168/D</p> <p>4.2 - Engenheiro Civil: Juliane de Aquino Mendes Leite - CREA/MG nº 67.284/D</p> <p>4.3 - Engenheiro Civil: Juscelino Alvaro Ferreira Silva - CREA/MG nº 49.239/D</p>		<p>Atestado 015/2017 emitido pela AGETOP</p> <p>ATESTADO 015/2017</p> <p>Para fins de direito, atendendo à solicitação da parte interessada aqui protocolada sob o nº 079260/2017 de 08/12/2017, ATESTAMOS que a empresa LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S/A, CNPJ nº 19.758.842/0001-35, tendo como Responsáveis Técnico os Engenheiros Civil <u>LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA</u>, CREA nº 22.168/D-MG, RNP nº 1403618534, ANTÔNIO FERNANDO REIS DE SOUSA JÚNIOR, CREA nº 1501912275-D-PA, RNP nº 1501912275, LUIZ AUGUSTO CLARET TAVARES, CREA nº 4433/D-GO, RNP nº 1002056608 e CLÁUDIA CAMPOS BATISTA, CREA nº 54008/D-MG, RPN 1403634238, está executando para a AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP, CNPJ 03.520.933/0001-06, de acordo com o CONTRATO nº 331/2014-AD-GEJUR, motivo do processo nº 34240/13, referente ao período de 05/04/2017 a 25/03/2020, os serviços de reconstrução de rodovias estaduais integrantes do lote 10 do Grupo III, composto das Rodovias GO-010, trecho Entr. GO-438 / Entr. GO-040 (Luziânia), com extensão de 30,2 km, GO-436, trecho Entr. BR-040 (Cristalina)/Div. GO-DF, com extensão de 78,7 km. Informamos que o valor contratual, a preços iniciais, é de R\$ 60.180.529,22 (sessenta milhões, cento e oitenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e dois centavos). Informamos ainda</p>	
<p>Atestado emitido pelo DNIT/PA</p>			



DECLARAMOS, A PEDIDO DO INTERESSADO, QUE O CONSÓRCIO CCM – EHL – FERFRANCO – FRANÇA SIMÕES, FORMADO PELAS SEGUINTE EMPRESAS CCM – CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 23.998.439/0001-06, COM SEDE NA RUA DOS TIMBIRAS Nº 2645, BELO HORIZONTE/MG, ELETRO HIDRO LTDA., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 03.014.011/0001-19, COM SEDE NA ARS – SE (712 SUL) AL. 02. QL. 01 – LT. 17 A, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO. CONSTRUTORA FERFRANCO LTDA., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 17.186.297/0001-24, COM SEDE NA RUA TOMÉ DE SOUZA, Nº 1039, BELO HORIZONTE/MG E CONSTRUTORA FRANÇA SIMÕES LTDA., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 17.161.571/0001-00, COM SEDE NA RUA CABO VERDES, Nº 478, BELO HORIZONTE/MG, TENDO COMO LÍDER DO CONSÓRCIO A PRIMEIRA, DORAVANTE SIMPLEMENTE DENOMINADA CONTRATADO, EXECUTOU NO PERÍODO DE 25/06/2010 A 31/10/2015 (1ª A 65ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA), OS SERVIÇOS E QUANTIDADES A SEGUIR DISCRIMINADOS, OBJETO DO CONTRATO 00 00543/2010 FIRMADO COM O DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, CNPJ 04.892.707/0001-00 E TENDO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO O ENGRº LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA, CREA/MG 22168D. OS SERVIÇOS EXECUTADOS, NO VALOR DE R\$ 302.529.140,40 (TREZENTOS E DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E VINTE E NOVE MIL, CENTO E QUARENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS) (PREÇOS INICIAIS + REAJUSTAMENTO), CORRESPONDEM A 95,67% (NOVENTA E CINCO VÍRGULA SESENTA E SETE POR CENTO) DO VALOR CONTRATADO E, DE ACORDO COM O ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS MESMOS, NOMEADO PELA PORTARIA SR-DNIT/PA Nº 030 DE 11/03/2015, OBEDECERAM AS NORMAS TÉCNICAS, INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS E ESPECIFICAÇÕES VIGENTES NO DNIT

34. Como se vê, o Sr. Luiz Otávio, antigo integrante da CCM e atual sócio da LCM, figura em todos os atestados como responsável técnico e isso evidencia que a transmissão de atestados no ato da cisão foi devidamente acompanhada da transferência profissional.

35. Sendo assim, não há dúvida de que os conhecimentos atestados nas certidões de experiência prévia foram efetivamente absorvidos pelo Sr. Luiz Otávio (pessoa física) durante toda a execução do empreendimento, e não pela cindida CCM (empresa e, portanto, ficção jurídica). Também não há dúvida de que, como detentor desses conhecimentos, o Sr. Luiz Otávio, na sua atual condição de sócio e responsável técnico da cindida LCM, é plenamente capaz de gerir, coordenar e executar serviços similares e de igual complexidade àqueles objeto de tais certidões.

36. É certo, portanto, que tendo a LCM comprovado, durante o procedimento licitatório, possuir porte, infraestrutura, equipamentos e capacidade financeira suficiente para execução do empreendimento licitado (o que sequer foi questionado) e ainda que o profissional detentor do conhecimento das certidões de acervo técnico ora em discussão atualmente integra seu corpo técnico, não há como se questionar a capacidade técnica operacional da empresa para execução das obras licitadas.

37. E é justamente esse o entendimento da doutrina. Nesse sentido, confira-se a lição de Fernão Justen de Oliveira e Ana Lúcia Ikenga Warnecke¹ sobre o tema:

Não se pode afirmar que a cisão parcial extingue a aptidão técnico-operacional que conduziu à formação do acervo técnico. O aproveitamento da experiência retratada nos atestados vai depender da análise do caso concreto.

Logo, a solução adequada não é descartar o passado, mas verificar a possibilidade de aproveitamento do acervo técnico da empresa mãe pela sociedade incorporadora. Se o aproveitamento for viável, o maior beneficiário é o próprio órgão contratante, que amplia o universo de

¹ OLIVEIRA, Fernão Justen de. WARNECKE, Ana Lucia Ikenaga. A preservação do acervo técnico recebido por cisão societária. Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº 12, fev. 2008, disponível em <http://www.justen.com.br/informativo>, acesso em 25 de outubro de 2019.



competidores e possui mais garantias de que o licitante terá aptidão técnica para executar o contrato.

A transferibilidade do acervo técnico pode confirmar-se não só através dos documentos que ensejaram o processo de reorganização societária, mas também por outros elementos que estejam eventualmente reunidos no caso concreto.

Por exemplo, NA HIPÓTESE DE OS MESMOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA EMPRESA CINDIDA FIGURAREM COMO RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA EMPRESA CINDENDA. NESSE CASO, HAVERÁ A CONFIGURAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL NÃO APENAS DE MANEIRA FORMAL (PORQUE A CINDENDA PASSOU A DETER O ACERVO TÉCNICO DA EMPRESA-MÃE), MAS TAMBÉM MATERIAL, PORQUE POSSUIRÁ A MESMA CONDUÇÃO TÉCNICA E ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL (...) QUE POSSUÍA A EMPRESA CINDIDA.

38. Em situação análoga a que ora se discute, o judiciário já entendeu pela possibilidade de utilização integral dos atestados da empresa cindida pela cindenda. No Mandado de Segurança n. 1001495-07.2018.4.01.3900, **em que se discutia o aproveitamento de atestado pela outra empresa advinda da CCM** - a ETHOS Engenharia – o judiciário entendeu corretamente pela regularidade na utilização integral dos atestados, justamente por ter vislumbrado a transferência de profissionais técnicos entre as empresas². Veja:

Após a decisão liminar, a autoridade impetrada apresentou suas informações. Contudo, os argumentos trazidos não têm força suficiente para alterar a análise dos fatos nem a conclusão jurídica extraída do cotejo entre os fatos e o direito da referida decisão, razão pela qual a adoto como fundamento desta sentença:

A controvérsia cinge-se em saber se a capacidade técnico-operacional da empresa-mãe pode ser vertida de forma integral e concomitante a outras duas empresas que dela se originaram por meio de cisão.

Com efeito, a partir da documentação constante dos autos, identifico os elementos necessários à comprovação da capacidade técnico-operacional do consórcio impetrante.

O consórcio apresentou o atestado de capacidade técnica (fls. 03/06 do ID 5669696), emitido em favor da empresa CCM – Construtora Centro Minas LTDA (certidão de acervo técnico n. 389/2008), empresa que, após operação societária de cisão, deu origem à Impetrante ETHOS (líder do Consórcio), comprovando a realização da execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-230, trecho: Arapoema / Pau D' Arco.

(...)

Por meio de cisão parcial, conforme se extrai do protocolo de justificação de cisão parcial (fls. 10/19 do ID 5669675), a empresa CCM, originou duas novas empresas (LJF Construção e Comércio S/A – atual LCM – e ETHOS Engenharia de Infraestrutura S/A, ora impetrante), incorporando ao patrimônio de ambas a integralidade da capacidade técnico-operacional (item 6.1). No próprio ato de cisão fica estabelecido que o acervo de capacidade técnica operacional e bens móveis da CCM foram vertidos às novas empresas (fl. 14 do ID 5669675).

(...)

2

Disponível em
<https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/ConsultaPublica/documentoSemLoginHTML.seam?ca=697e94c22683e0257121e7ae9a9c71c33db89a4c8a7d485b2bea0032b95d3b5d37e97ce3f5bc601273005c542d5fcd4dd547ae7d1cacaef4&idProcessoDoc=23946448>



A transferência da capacidade técnico-operacional deve ser acompanhada também da transferência de seus responsáveis técnicos e, somente com a soma destes elementos, pode-se concluir pela efetiva transferência do acervo técnico. Com isso, além do patrimônio intangível (acervo técnico), restou comprovada a transferência de parte dos responsáveis técnicos da empresa CCM (elementos de ordem subjetiva), conforme se extrai das fls. 20/31 do ID 5669706. Saliento que o engenheiro civil, Hércules Oliveira Riccioppo, um dos responsáveis técnicos da empresa ETHOS, conforme se depreende da certidão de registro e quitação de pessoa jurídica (fls. 15/18 do ID 5669706), participou efetivamente da integralidade dos trabalhos de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais na rodovia TO-230, trecho: Arapoema / Pau D'Arco, executados no período de 17/04/2002 a 16/02/2006, de acordo com a declaração da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO (fl. 2 do ID 5669710).

Portanto, entendo que nada obsta a utilização na integralidade do atestado fornecido em nome da empresa CCM pela empresa ETHOS, tendo em vista que se trata de empresa resultante de cisão daquela a qual foi originado o atestado de acervo técnico.

Desse modo, diante da documentação carreada, tenho que, por ora, restou provada a capacidade técnico-operacional necessária ao preenchimento dos requisitos exigidos pelo edital que rege a licitação em comento, uma vez que não apenas os bens materiais passaram a integrar a nova empresa, mas também o conhecimento técnico e operacional anteriormente detido pela empresa cindida.

39. Assim, é certo que o entendimento do judiciário é favorável ao aproveitamento **integral** de atestados de experiência prévia em caso de cisão, **desde que reste comprovada a transferência de profissionais entre a empresa cindida e a cindenda**, exatamente o que aconteceu no presente caso.

40. Válido ressaltar também que toda essa questão poderia ser facilmente sanada caso a Prefeitura tivesse baixado o processo em diligência para esclarecimentos quanto aos atestados apresentados (prerrogativa garantida nos termos do art. 43, §3º da Lei n. 8.666/93 e item 3.2.5.1.3, 'a' do Edital), oportunidade na qual a Recorrente poderia ter demonstrado a compatibilidade dos serviços já executados com os que a Prefeitura está exigindo.

41. Contudo, em nenhum momento, a LCM foi instada a se manifestar acerca dos termos propostos, tendo sua documentação sido rejeitada sem que antes fosse viabilizada qualquer chance de prestar esclarecimentos, em desconformidade com o que prevê a legislação aplicável e o próprio Edital.

42. Como se sabe, a realização de diligências visa justamente buscar a proposta mais vantajosa ao Erário, viabilizando que eventuais esclarecimentos demonstrem a regularidade de determinada proposta, de modo a garantir que a contratação pública ocorra pelo preço mais competitivo.

43. **Nesse sentido é que parte da doutrina entende que não se trata de uma prerrogativa da Administração e sim de um dever diligenciar para obter informações quando surgirem dúvidas diante dos documentos apresentados pelo particular interessado. Confira-se:**

"Em primeiro lugar, deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as



informações nele contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade. Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes". (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª Edição São Paulo: Dialética, 2008. P. 556)

"Evidentemente não se pode aceitar que o agente administrativo possa decidir livremente se deseja ou não promover uma diligência esclarecedora. Se assim fosse, sempre haveria risco de tratamento não igualitário; de condescendência com relação a algum licitante ou de rigor em relação a outro. Portanto, a previsão legal estabelece um dever de promover diligências esclarecedoras, e não uma faculdade. Esclarecer eventual dúvida quanto a sua proposta é um direito do licitante." (DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 6ª Edição. São Paulo. Saraiva, 2003, p.121)

44. A verdade é que a realização de diligência representa, em última instância, o cumprimento do princípio constitucional da ampliação da competitividade do certame e busca da proposta mais vantajosa, entendimento já exarado pelos Tribunais Pátrios, à exemplo do posicionamento do E. TRF-4:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL. FORMALIDADES. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRECEDENTES.

Tratando-se de licitação, deve prevalecer sempre a interpretação que favoreça a ampliação de disputa entre os interessados, de modo a não comprometer o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. Pelo princípio da razoabilidade, as exigências administrativas devem ser aptas a cumprir os fins a que se destinam; Na hipótese, o ato da autoridade coatora mostra-se desproporcional à finalidade pretendida, uma vez que o artigo 43, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93 faculta à Administração efetuar diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo em qualquer fase da licitação, inclusive com a concessão de prazo para sanar o defeito na documentação, visando ao interesse público em detrimento de um formalismo exarcebado.

(TRF4 5061255-46.2015.404.7000, QUARTA TURMA, Relator CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 16/09/2016)

45. Por fim, no que tange à suposta não apresentação da declaração de responsabilidade técnica dos serviços, a Recorrente ressalta que foi devidamente apresentada na documentação de habilitação, conforme se verifica



na documentação de habilitação, razão pela qual não há que se falar em não atendimento desse ponto.

46. Diante do exposto, considerando a regularidade dos atestados apresentados pela LCM e o pleno atendimento às exigências do Edital, o que demonstra a inequívoca expertise da Recorrente na execução do objeto licitado, faz-se premente que a decisão seja reformada e que a Recorrente seja habilitada no presente certame, sob pena de representar grave infringência aos princípios norteadores das licitações públicas, especialmente o da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa.

III.CONCLUSÃO E PEDIDOS

47. Dessa forma, em função do atendimento aos requisitos do Edital, requer seja o presente recurso provido para que a proposta da LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A. seja aceita e que a empresa seja devidamente habilitada no certame.

Atenciosamente,



LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.

LCM-Construção e Comércio
Engº Civil Luciano Capuzzo
CREA nº 6900/D-GO